

**CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO (ÁREA JUDICIÁRIA)  
PROVA BRANCA - PBR1**

Nome: \_\_\_\_\_ Inscrição: \_\_\_\_\_

**INSTRUÇÕES GERAIS****PREZADO CANDIDATO,**

1. É de sua responsabilidade a conferência do nome do cargo que consta neste caderno de questões;
2. Verifique se a cor do seu caderno de questões corresponde à informada no seu cartão de respostas;
3. Este caderno de questões contém **75 questões objetivas e 2 questões discursivas** a serem respondidas;
4. Após tê-lo recebido da fiscalização, confira o número e a sequência das questões e páginas; qualquer incompatibilidade identificada, levante o braço e solicite ao fiscal um novo caderno de questões;
5. O caderno de questões pode ser usado livremente para fazer rascunhos;
6. O tempo de duração da prova é de **5 (cinco) horas**, incluindo o preenchimento do cartão de leitura óptica (cartão de respostas);
7. O candidato somente poderá retirar-se do local de prova a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização;
8. O candidato só pode retirar-se da sala de provas levando o caderno de questões, após a entrega de seu cartão de respostas das questões objetivas à fiscalização e nunca antes dos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o término da prova, sob pena de eliminação do concurso;
9. Cada questão oferece 4 (quatro) alternativas de resposta, representadas pelas letras A, B, C, D, sendo somente uma correspondente à resposta correta;
10. Após o início da prova, é vedado formular perguntas, pois o entendimento das questões é parte integrante da mesma;
11. Não é permitido comunicar-se com outro candidato ou socorrer-se de consultas a livros, anotações, agendas eletrônicas, gravadores, máquina calculadora, telefone celular ou qualquer outro instrumento receptor/transmissor de mensagens e/ou similares;
12. Ao terminar a prova objetiva, entregue ao fiscal de sala, **OBRIGATORIAMENTE**, o cartão de respostas devidamente assinado no campo indicativo e com a impressão digital colhida no digiselo, sem amassá-lo ou dobrá-lo, uma vez que é insubstituível;
13. O gabarito preliminar será divulgado no 1º dia útil após a prova objetiva, no endereço [www.pontuaconcursos.com.br](http://www.pontuaconcursos.com.br);
14. No cartão de leitura óptica personalizado - cartão de respostas - preencha, inteiramente, apenas uma das alternativas de cada questão, com caneta esferográfica de ponta grossa, azul ou preta, suficientemente pressionada, conforme o exemplo ao lado:  

97	(A)	<input checked="" type="radio"/>	(C)	(D)
98	(A)	(B)	(C)	<input checked="" type="radio"/>
99	(A)	(B)	<input checked="" type="radio"/>	(D)
15. Será atribuída pontuação zero à questão da prova objetiva que contiver no cartão de respostas mais de uma ou nenhuma resposta assinalada, ou que contiver emenda ou rasura.
16. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso qualquer desses candidatos insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do concurso e, em se negando a assim proceder, deverá o fato ser registrado no termo de ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, por fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

Reciclopedistas

01 Eles não batem mais de porta em por-  
02 ta, os ex-vendedores de enciclopédia.  
03 \_\_\_\_ mais o que fazer.

04 Um empilhou os 18 volumes da enci-  
05 clopédia perto do computador. Faz anos  
06 que confere no Google, na ordem edita-  
07 da, todos os verbetes do seu tesouro.  
08 Está na página 48 do 7º volume. Ao che-  
09 gar no último, pretende enviar um relató-  
10 rio comparativo \_\_\_\_ autoridades educa-  
11 cionais. Ele não confia no conteúdo do  
12 Google. “É inexato, incompleto, incorre-  
13 to”, acusa.

14 Outro se tornou pipoqueiro, com carri-  
15 nho em frente \_\_\_\_ uma escola. Seu praz-  
16 er é passar dezenas de saquinhos de  
17 pipoca \_\_\_\_ mãos da criançada. Prazer  
18 num detalhe: entrega saquinhos de forro  
19 duplo: por dentro, saco normal, branco,  
20 asséptico; por fora, coladas ao saco, par-  
21 tes de páginas das enciclopédias acumu-  
22 ladas em casa. A cada criança, repete,  
23 cioso: - Lê aí enquanto come, menino. Vai  
24 melhorar suas notas.

25 Um terceiro reúne diferentes enciclopé-  
26 dias usadas. Garimpa nos sebos e põe  
27 anúncios ao contrário do passado: “Com-  
28 pra-se enciclopédias.” Já alugou uma ga-  
29 ragem e arranjou cadeiras em brechós.  
30 Assim que organizar a coleção e melho-  
31 rar o ambiente, vai abrir o Museu da En-  
32 ciclopédia. Lá, as pessoas poderão con-  
33 sultar de graça, à vontade. O letreiro ele  
34 mesmo pintou, com um adendo: Aceita-  
35 se doações.

36 Um virou tatuador e, além do catálogo  
37 de desenhos, oferece um bônus aos cli-  
38 entes: tatuagem de palavra escolhida na  
39 enciclopédia, ali na estante. Ninguém es-  
40 capa da sua persuasão: todos saem da  
41 lojinha com um termo definitivo na pele. Ao  
42 terminar cada trabalho, ouvem seu suspi-  
43 ro. Aí confundem o som da sua satisfação  
44 com ruído de cansaço.

45 Tem um que fez um cartaz e, parado no  
46 centro, oferece verbetes de enciclopédia  
47 aos populares. O cartaz desafia: ME PER-

48 GUNTE QUALQUER COISA. A quem não  
49 resiste ao apelo, ele sempre responde  
50 com precisão. No fim do dia, uns reais no  
51 bolso, toma um banho, uma sopa, e sen-  
52 ta-se numa poltrona sob um abajur. Fa-  
53 ceiro, recomeça a decoreba de algum vo-  
54 lume.

55 Aquele outro é artesão no Brique da  
56 Redenção. Aos sábados, vende caixinhas  
57 porta-tudo. De todos os tamanhos, estam-  
58 padas com recortes de verbetes. Sua arte  
59 é arranjar as colagens, que ficam atraen-  
60 tes e intrigantes: lado a lado, verbetes dís-  
61 pares criam jogo de interesse. Um suces-  
62 so.

63 Além desses, mais uns 20 se ocupam  
64 de A a Z.

65 No domingo, esses ex-vendedores se  
66 juntam numa praça. Relembram as histó-  
67 rias da semana. De longe, parecem apo-  
68 sentados. Fossem ouvidos, se saberia  
69 que jamais deixarão a atividade.

Fraga

Adaptado de: <http://www.sinprors.org.br/extraclasse/set11/fraga.asp>.  
Acesso em: 13 set. 2011.

1. Assinale a alternativa que completa **CORRETA** e respectivamente as lacunas do texto:

- a) Tem – as – à – às
- b) Têm – às – a – às
- c) Têm – as – à – as
- d) Tem – às – a – às

2. Analise os itens abaixo, sobre a estrutura das palavras *inexato*, *incompleto* e *incorreto* (l. 12-13):

- I. Todas apresentam o mesmo prefixo, que indica negação.
- II. *Incompleto* é formado por mais de um radical.
- III. Todas pertencem à classe dos adjetivos.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item II.
- c) Apenas o item III.
- d) Apenas os itens I e III.

3. Assinale a alternativa em que o substantivo apresentado seja núcleo do sujeito da oração em que está inserido:

- a) *anos* (l. 05)
- b) *criança* (l. 22)
- c) *pessoas* (l. 32)
- d) *tatuagem* (l. 38)

4. Analise as afirmações sobre períodos do texto, julgando-as V (Verdadeiras) e F (Falsas):

- ( ) Em *Compra-se enciclopédias* (l. 27-28) e *Aceita-se doações* (l. 34-35), de acordo com o que prescreve a norma culta padrão, o sujeito é indeterminado.
- ( ) Em *Tem um que fez um cartaz* (l. 45), o verbo *ter* está sendo empregado no lugar de *haver*.
- ( ) Em *Me pergunte qualquer coisa* (l. 47-48), o pronome oblíquo foi empregado de acordo com as regras prescritas pela norma culta padrão.

Assinale a alternativa que complete **CORRETA** e respectivamente, de cima para baixo, os parênteses:

- a) F – V – F.
- b) V – V – F.
- c) V – F – F.
- d) F – F – V.

5. Assinale a alternativa em que as orações que compõem o período *No fim do dia, uns reais no bolso, toma um banho, uma sopa, e senta-se numa poltrona sob um abajur* estejam corretamente separadas:

- a) [No fim do dia, uns reais no bolso,] [toma um banho, uma sopa,] [e senta-se numa poltrona sob um abajur]
- b) [No fim do dia,] [uns reais no bolso,] [toma um banho,] [uma sopa,] [e senta-se numa poltrona] [sob um abajur]
- c) [No fim do dia, uns reais no bolso, toma um banho,] [uma sopa, e senta-se numa poltrona] [sob um abajur]
- d) [No fim do dia, uns reais no bolso, toma um banho, uma sopa,] [e senta-se numa poltrona sob um abajur]

6. Assinale a alternativa em que, de acordo com norma culta padrão, a regência verbal **NÃO** esteja correta:

- a) *Eles não batem mais de porta em porta* (l.01-02)
- b) *Ao chegar no último* (l.08-09)
- c) *A cada criança, repete, cioso* (l.22-23)
- d) *...oferece um bônus aos clientes* (l.37-38)

7. Em *Assim que organizar a coleção e melhorar o ambiente* (l.30-31), a expressão destacada estabelece relação de:

- a) Conclusão.
- b) Conformidade.
- c) Tempo.
- d) Concessão.

8. Analise as ocorrências de “que” nos trechos a seguir:

- I. *o que fazer*. (l.03)
- II. *Faz anos que confere no Google* (l.05-06)
- III. *se saberia que jamais deixarão a atividade*. (l.68-69)

Em qual(is) deles a palavra destacada é pronome relativo?

- a) Apenas no I e no III.
- b) Apenas no I.
- c) Apenas no III.
- d) Apenas no II e no III.

9. Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre a formação das palavras do texto:

- a) *Reciclopedistas* é um neologismo que significa, segundo o texto, aqueles que reciclam as enciclopédias.
- b) *Asséptico* apresenta derivação prefixal-sufixal.
- c) *Coleção* e *artesão* são substantivos derivados de verbos.
- d) *Porta-tudo* é composto por justaposição.

10. Assinale a série que apresenta somente palavras paroxítonas:

- a) Enciclopédia – página – relatório.
- b) Conteúdo – brechós – catálogo.
- c) Além – lá – bônus.
- d) Histórias – enciclopédia – bônus.

11. Assinale a alternativa **CORRETA** quanto à separação silábica:

- a) Cri-an-ça-da.
- b) Doa-ções.
- c) Aden-do.
- d) A-traen-tes.

12. Analise as afirmações sobre o texto:

- I. Os ex-vendedores de enciclopédias decidiram não mais vendê-las.
- II. Aposentaram-se os ex-vendedores de enciclopédias porque o Google as substituiu.
- III. Os ex-vendedores de enciclopédias estão em todas as profissões.

Qual(is) dessas informações pode(m) ser comprovada(s) no texto?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Nenhuma delas.

13. Pela leitura do texto, constata-se que são os reciclopedistas descritos pelo autor:

- a) Vinte.
- b) Seis.
- c) Vinte e seis.
- d) Sete.

14. Analise as palavras a seguir:

- I. Tesouro (I.07)
- II. Página (I.08)
- III. Coleção (I.30)
- IV. Som (I.43)

Quais delas têm relação direta ou indireta com *enciclopédia*?

- a) Apenas a I e a II.
- b) Apenas a II e a IV.
- c) Apenas a I, a III e a IV.
- d) Apenas a I, a II e a III.

15. A **CORRETA** transformação da oração reduzida do período *Ao terminar cada trabalho, ouvem seu suspiro.* (I.41-43) em desenvolvida está na alternativa:

- a) Após terminar cada trabalho, ouvem seu suspiro.
- b) Quando termina cada trabalho, ouvem seu suspiro.
- c) Quando terminam cada trabalho, ouvem seu suspiro.
- d) Terminando cada trabalho, ouvem seu suspiro.

#### Noções de Informática

16. O funcionamento básico de um computador envolve três fases principais: entrada, processamento e saída. Com relação aos dispositivos que podem servir para entrada de dados, analise os itens abaixo:

- I. Mouse e teclado.
- II. Scanner e monitor sensível ao toque.
- III. Impressora e caixas de som.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Todos os itens.
- b) Apenas os itens I e II.
- c) Apenas o item I.
- d) Apenas o item II.

17. Marque V (Verdadeiro) e F (Falso) para os itens que representam elementos de hardware:

- Modem.
- Placa-mãe.
- Linux.
- Disco rígido.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- a) F – F – F – V.
- b) F – V – F – V.
- c) V – V – V – F.
- d) V – V – F – V.

18. Em relação à planilha eletrônica Excel, a extensão de arquivo mais comum utilizada ao salvar documentos neste formato é:

- a) .doc
- b) .txt
- c) .xls
- d) .not

19. As redes sociais na Internet criam uma nova forma de relacionamento e colaboração online entre as pessoas. Marque V (Verdadeiro) e F (Falso) para os exemplos de redes sociais on-line:

- Orkut.
- BitTorrent.
- Facebook.
- LinkedIn.
- MySpace.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- a) V – F – V – V – V.
- b) F – V – V – F – F.
- c) F – V – F – V – V.
- d) V – F – V – V – F.

20. Em relação aos tipos de equipamentos e suas marcas e modelos, relacione a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

**1ª coluna:**

- (1) Smartphone.
- (2) Tablet.
- (3) Notebook.

**2ª coluna:**

- ( ) iPad.
- ( ) Sony Vaio.
- ( ) iPhone.
- ( ) Galaxy Tab.
- ( ) Dell Inspiron 14”.

- a) 1 – 2 – 3 – 2 – 3.
- b) 3 – 2 – 1 – 3 – 2.
- c) 2 – 3 – 1 – 1 – 2.
- d) 2 – 3 – 1 – 2 – 3.

### Raciocínio Lógico

21. Observe a sequência numérica abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**, que corresponde ao próximo número da sequência:

77, 49, 36, 18,....

- a) 8.
- b) 7.
- c) 10.
- d) 14.

22. Sejam as seguintes proposições P: Marcos é alto, Q: Marcos é elegante. Dada a seguinte proposição:

Não é verdade que Marcos é baixo ou elegante.

Assinale a alternativa abaixo que traduz de maneira **CORRETA** a proposição acima para a linguagem simbólica:

- a)  $\sim P \wedge \sim Q$ .
- b)  $P \vee (\sim P \wedge Q)$ .
- c)  $\sim (\sim P \vee Q)$ .
- d)  $\sim (\sim P \vee \sim Q)$ .

23. Qual(is) das sentenças proposicionais abaixo é(são) tautologia(s)?

- I.  $P \wedge (P \vee Q) \leftrightarrow P$ .
- II.  $\sim (P \wedge Q) \leftrightarrow \sim P \vee \sim Q$ .
- III.  $(P \wedge \sim P) \rightarrow (Q \vee P)$ .

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- a) Apenas as sentenças I e II.
- b) Apenas a sentença III.
- c) Apenas as sentenças II e III.
- d) Todas as sentenças.

24. Com relação a proposição:  
É médico ou professor.

A alternativa que descreve **CORRETA-MENTE** a negação da proposição acima é:

- a) É médico e professor.
- b) Não é médico e não é professor.
- c) É médico ou não é professor.
- d) Não é médico mas é professor.

25. Para a sentença proposicional abaixo:

$$(P \rightarrow Q) \rightarrow P \wedge Q.$$

A resposta **CORRETA** que descreve a tabela-verdade da sentença é:

- a) V – V – F – F.
- b) F – F – V – V.
- c) F – V – F – V.
- d) V – F – V – F.

## Direito Constitucional

26. Analise os itens abaixo:

- I. O Presidente da República poderá editar medida provisória sobre direito eleitoral desde que a sua conversão em lei e o início de sua vigência ocorram no mínimo um ano antes da próxima eleição.
- II. O Presidente da República poderá editar medida provisória sobre direitos políticos desde que observados os princípios da proporcionalidade e da proteção do núcleo essencial desses direitos.
- III. É vedada a iniciativa popular de projeto de lei em matéria de processo eleitoral e inelegibilidades.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas os itens I e II.
- b) Apenas o item II.
- c) Nenhum dos itens.
- d) Apenas os itens II e III.

27. Analise os itens abaixo:

- I. Os integrantes das juntas eleitorais, no exercício de suas funções, estão protegidos pela garantia da inamovibilidade.
- II. Os juízes dos tribunais eleitorais exercerão a função por, no mínimo, quatro anos, podendo ser reconduzidos uma única vez por igual período.
- III. O Tribunal Superior Eleitoral escolhe e nomeia o Presidente e o Vice-Presidente dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas os itens I e II.
- b) Apenas o item II.
- c) Apenas o item I.
- d) Apenas os itens II e III.

28. Analise os itens abaixo:

- I. Todos os cargos de ministros do Tribunal Superior Eleitoral são privativos de brasileiros natos.
- II. A Constituição da República Federativa do Brasil veda a estipulação de novas hipóteses de inelegibilidade por meio de espécie legislativa infraconstitucional.
- III. A ação judicial que tiver por finalidade impugnar mandato eletivo deverá tramitar em segredo de justiça.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Todos os itens.
- b) Apenas o item III.
- c) Apenas os itens I e II.
- d) Apenas os itens I e III.

29. Analise os itens abaixo:

- I. As decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais que tiverem por objeto expedição de diplomas nas eleições estaduais são irrecorríveis, salvo se proferidas contra disposição expressa da Constituição da República Federativa do Brasil.
- II. Do Tribunal Superior Eleitoral são recorríveis apenas as decisões que violarem norma constitucional e as que denegarem *habeas-corpus* ou mandado de segurança.
- III. Os Tribunais Regionais Eleitorais têm competência para processar e julgar *habeas-data* e mandado de injunção.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item II.
- c) Apenas os itens I e II.
- d) Apenas os itens II e III.

30. Analise os itens abaixo:

- I. Na hipótese de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, devem ser convocados ao exercício da Presidência da República, sucessivamente, o Presidente do Congresso Nacional, o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- II. Na hipótese de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, devem ser convocados para o exercício da Presidência da República, sucessivamente, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- III. Na hipótese de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos primeiros dois anos do mandato, deverá ser realizada eleição direta noventa dias após a abertura da última vaga; se a vacância ocorrer nos últimos dois anos do mandato, deverá ser realizada eleição, pelo Congresso Nacional, trinta dias depois de aberta a última vaga.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas os itens I e III.
- b) Apenas o item II.
- c) Apenas os itens I e II.
- d) Apenas os itens II e III.

31. Analise os itens abaixo:

- I. O direito fundamental individual de receber dos órgãos públicos informações refere-se apenas às informações de interesse particular; informações de interesse coletivo ou geral somente poderão ser requeridas e acessadas por entidades, associações ou sindicatos na representação do interesse do conjunto de seus associados ou filiados.
- II. O *habeas-data* é uma ação constitucional adequada para a retificação de dados existentes em bancos de dados governamentais ou de caráter público.

III. Sendo a República Federativa do Brasil um Estado Democrático de Direito, é vedado aos órgãos públicos negar acesso, a pessoas ou entidades representativas de grupo, a uma determinada informação com a justificativa de que o sigilo é indispensável à segurança do Estado.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas os itens II e III.
- b) Apenas o item II.
- c) Apenas os itens I e III.
- d) Todos os itens.

32. A competência privativa para processar e julgar os ministros do Tribunal Superior Eleitoral por crimes de responsabilidade é do:

- a) Senado Federal.
- b) Conselho Nacional de Justiça.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Congresso Nacional.

33. Considerando-se as normas da Constituição da República Federativa do Brasil sobre o Poder Legislativo da União, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A partir da diplomação pela Justiça Eleitoral, Deputados Federais e Senadores não poderão ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- b) A proibição de prisão de Deputados Federais e Senadores, salvo em flagrante de crime inafiançável, é aplicável a partir da expedição do diploma pela Justiça Eleitoral.
- c) Na hipótese de vacância e não havendo suplente, será realizada eleição para preencher a vaga, de Deputado Federal ou Senador, se faltarem mais de 24 meses para o término do mandato.
- d) A prerrogativa de foro em matéria criminal junto ao Supremo Tribunal Federal para Deputados Federais e Senadores é aplicável a partir da posse no respectivo cargo.

## Direito Eleitoral

34. Quando o Código Eleitoral não indicar o grau mínimo de pena para os crimes nele tipificados:

- a) Será caso obrigatório de aplicação de penas substitutivas das privativas de liberdade.
- b) Para as penas de detenção será de 15 (quinze) dias e para as penas de reclusão será de 1 (um) ano.
- c) Será caso de despenalização da conduta.
- d) Para as penas de detenção será de 6 (seis) meses e para as penas de reclusão será de 2 (dois) anos.

35. Sobre o direito e a legislação eleitoral, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) São disposições próprias do Código Eleitoral para fins eleitorais o conceito de funcionário da justiça eleitoral e de funcionário público.
- b) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até 1 (um) ano da data de sua vigência.
- c) As hipóteses de inelegibilidades devem ser tratadas por Lei Complementar.
- d) É competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios legislar sobre direito eleitoral.

36. Sobre a Justiça Eleitoral, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Exerce exclusivamente função jurisdicional.
- b) A atividade consultiva é peculiar e própria da Justiça Eleitoral, respondendo a consultas sobre casos concretos e prevenindo conflitos.
- c) A resposta à consulta, por ter caráter normativo, sujeita-se à Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- d) O Procurador-Geral Eleitoral, que possui atribuição para o exercício das funções eleitorais nas causas de competência do TSE, é o Procurador-Geral da República.



37. Em matéria de recursos, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Vigem o princípio da *ne reformatio in pejus*.
- b) O recurso inominado é interponível contra ato, resolução ou despacho do Presidente do TRE, no prazo de três dias, quando não cabível outro recurso específico.
- c) O recurso ordinário eleitoral tem efeito suspensivo.
- d) O agravo de instrumento eleitoral deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias.

38. De acordo com Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 9096/95), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os recursos do Fundo Partidário deverão ser empregados nas hipóteses previstas na lei, sendo vedada a partido político a livre disposição desses recursos.
- b) É vedada a fusão ou a incorporação de partidos.
- c) O partido político poderá requerer perante a Justiça Eleitoral a decretação de perda do cargo eletivo em virtude de desfiliação partidária sem justa causa.
- d) Considera-se justa causa para desfiliação a grave discriminação pessoal.

39. É **CORRETO** afirmar que:

- a) A filiação partidária é o mecanismo que possibilita ao cidadão o exercício da capacidade eleitoral passiva.
- b) A filiação a partido político prescinde do pleno gozo dos direitos políticos.
- c) O ato de filiação é *interna corporis* do partido político, havendo ingerência da Justiça Eleitoral exclusivamente nos casos de inobservância do procedimento formal.
- d) O candidato deve estar filiado a partido político 1 (um) ano antes da eleição.

40. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É vedado todo o tipo de propaganda eleitoral paga no rádio e na televisão no segundo semestre do ano das eleições.

- b) A propaganda eleitoral, em qualquer veículo, deverá ser realizada em língua portuguesa.
- c) É irrestrito o uso de adesivos em veículos.
- d) É plenamente permitida a manifestação individual e silenciosa, inclusive com o uso de bandeiras, no dia das eleições.

41. Sobre a conduta dos agentes públicos e candidatos em campanha eleitoral, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) É vedado ceder ou usar, em benefício de candidato, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta.
- b) A desincompatibilização tem por objetivo impedir que o candidato se utilize do cargo público que ocupa para obter proveito eleitoral.
- c) Para que seja tipificada a conduta de captação vedada de sufrágio, é necessário que o próprio candidato, diretamente, efetue a compra de votos, não se configurando o ilícito quando praticado por outra pessoa, ainda que com o consentimento e o assentimento do candidato.
- d) Constitui captação ilegal de sufrágio doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública.

42. Sobre as coligações, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) A verticalização obriga, no sistema partidário atual, que os partidos políticos celebrem coligações idênticas no âmbito federal, estadual e municipal.
- b) É permitido formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.
- c) Na chapa da coligação podem inscrever-se candidatos filiados a qualquer partido político dela integrante.
- d) Na propaganda para eleição majoritária, a coligação deverá utilizar sob sua denominação as legendas de todas as agremiações que a integram.

43. Sobre a convenção e a escolha dos candidatos, é **CORRETO** afirmar que:

- a) É possível a substituição de candidato falecido, seja para o pleito proporcional ou majoritário, a qualquer tempo antes da eleição.
- b) O pedido de registro de candidatos escolhidos na convenção partidária deverá ser formulado até as 19 horas do dia 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições.
- c) Para concorrer às eleições o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição eleitoral pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito, independentemente da filiação partidária.
- d) É indispensável a presença do Ministério Público Eleitoral nas convenções partidárias.

44. **NÃO** está de acordo com a disciplina legal acerca do registro de candidatura, a seguinte alternativa:

- a) Compete aos juízes eleitorais o deferimento do registro de candidatos a Prefeitos, Vice-prefeitos e Vereadores.
- b) Nas eleições proporcionais, o partido não coligado poderá registrar até 150% do número de vagas a preencher.
- c) Para o registro de candidaturas às eleições proporcionais, a lei exige que cada candidato indique seu nome completo e até três variações nominais com as quais deseja ser identificado.
- d) A Candidatura nata, que consiste na garantia de o candidato detentor de mandato de Deputado Federal, Distrital, Estadual ou Vereador, e aos que tenham exercido esses cargos em qualquer período da legislatura que estiver em curso, é assegurado o registro de candidatura para o mesmo cargo pelo partido a que esteja filiado, é situação jurídica em vigor no sistema eleitoral pátrio.

45. Sobre o regime financeiro da campanha, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É vedado receber doação de qualquer espécie de permissionário ou concessionário de serviço público.
- b) Os gastos com a realização de pesquisas ou testes pré-eleitorais não estão sujeitos a registro nem aos limites fixados na Lei das Eleições.
- c) As sobras de recursos financeiros de campanha serão utilizados pelos partidos políticos, de forma integral e exclusiva, na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política.
- d) Compete à Justiça Eleitoral decidir sobre a regularidade da prestação de contas.

46. É forma permitida de propaganda por meio da internet:

- a) A propaganda em sítios de pessoas jurídicas, com ou sem fim lucrativo, ainda que gratuitamente.
- b) Por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato partido ou coligação.
- c) Após 5 de julho do ano da eleição, a propaganda eleitoral em sítio do candidato, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado em provedor estabelecido no país.
- d) As mensagens eletrônicas enviadas por candidato, desde que disponham de mecanismo que permita ao destinatário o seu descadastramento.

47. O Direito de Resposta é meio de defesa assegurado por lei a ser exercido nas seguintes situações e condições:

- I. Haverá direito de resposta a partir da data da escolha dos candidatos.
- II. É garantia constitucional prevista no artigo 5º, inciso V, da Constituição Federal.
- III. São legitimados para o exercício do direito de resposta o candidato, o partido político, a coligação partidária e o Ministério Público.
- IV. O exercício do direito de resposta deverá ser exercido em 72 horas quando a ofensa for irrogada em órgão da imprensa escrita.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item III.
- b) Apenas os itens III e IV.
- c) Apenas os itens I, II e IV.
- d) Todos os itens.

48. O Supremo Tribunal Federal decidiu em julgamento recente sobre a Lei "Ficha Limpa":

- a) A sua inconstitucionalidade por afronta ao primado constitucional do Estado de Inocência.
- b) Que a sua aplicação deve respeitar o princípio da anterioridade/anualidade previsto no artigo 16, da CF.
- c) Que a lei que torna mais gravosa a situação dos candidatos só pode vigor para fatos ocorridos após a sua publicação.
- d) Que as causas de inelegibilidade geram efeitos um ano após o trânsito em julgado da condenação.

## Direito Administrativo

49. Em regra, conforme preceituado na Lei 8.112/90, nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Supremo Tribunal Federal. Excluem-se do teto de remuneração as vantagens:

- a) Gratificação natalina, adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas, adicional pela prestação de serviço extraordinário, adicional noturno e adicional de férias.
- b) Gratificação natalina, adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas, adicional pela prestação de serviço extraordinário, adicional noturno, adicional de férias e outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho.
- c) Gratificação natalina e adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas.
- d) Gratificação natalina, adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas e adicional noturno.

50. De acordo com a Lei 8.112/90, por morte do servidor, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal, a partir da data do óbito:

- I. É o beneficiário da pensão vitalícia o cônjuge.
- II. São beneficiários da pensão vitalícia os filhos.
- III. É o beneficiário da pensão vitalícia o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar.
- IV. É o beneficiário da pensão vitalícia menor sob guarda ou tutela.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item III.
- c) Apenas os itens I e III.
- d) Apenas os itens II e IV.

51. Nos termos da Lei 8.112/90, em regra, conceder-se-á ao Servidor licença por motivo de doença de pessoa da família:

- I. Precedida de exame por perícia médica oficial, que poderá ser dispensada, quando inferior a 15 (quinze) dias, no período de 12 meses, conforme regulamento.
- II. Dispensada automaticamente a perícia médica oficial, quando inferior a 15 (quinze) dias, no período de 12 meses, conforme regulamento.
- III. Precedida de exame por perícia médica oficial, obrigatória e incondicional, mesmo nos casos de período inferior a 15 (quinze) dias, no período de 12 meses, conforme regulamento.
- IV. Dispensada a perícia médica oficial, independentemente de duração ou período de duração.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item III.
- c) Apenas os itens I e III.
- d) Apenas os itens II e IV.

52. Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que faz jus. Nos termos da Lei 8.112/90, o atestado e o laudo de junta médica não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço, doença profissional ou qualquer das doenças especificadas como graves, contagiosas ou incuráveis:

- I. Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a tuberculose ativa, a alienação mental, a esclerose múltipla, a neoplasia maligna, a cegueira posterior ao ingresso no serviço público, a hanseníase, a H1N1, a dengue hemorrágica, a cardiopatia grave, a doença de Parkinson, a paralisia irreversível e incapacitante, a espondiloartrose anquilosante, a nefropatia grave, os estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), a Síndrome de

Imunodeficiência Adquirida – AIDS e outras que a lei indicar.

- II. Embora considerada grave e incurável, a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS não poderá constar no atestado ou laudo da junta médica responsável para a concessão da licença para tratamento de saúde.
- III. Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a tuberculose ativa, a alienação mental, a esclerose múltipla, a neoplasia maligna, a cegueira posterior ao ingresso no serviço público, a hanseníase, a cardiopatia grave, a doença de Parkinson, a paralisia irreversível e incapacitante, a espondiloartrose anquilosante, a nefropatia grave, os estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida – AIDS e outras que a lei indicar. Serão indicadas no laudo elaborado pela junta médica para fins de concessão da licença para tratamento de saúde, sem prejuízo da remuneração.
- IV. A concessão de licença remunerada para tratamento de saúde, quando a pedido, impossibilita que o laudo da junta médica mencione ou indique a moléstia do servidor, mesmo tratando-se de doenças graves, contagiosas ou incuráveis, conforme definido em lei.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item III.
- c) Apenas os itens I e III.
- d) Apenas os itens II e IV.

53. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

- I. Atuação conforme a lei e o Direito, objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.

- II. Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-Fé, divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.
- III. Indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão.
- IV. Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item III.
- c) Apenas os itens I, II e III.
- d) Todos os itens.

54. O Administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

- I. Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
- II. Ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
- III. Fazer-se assistir, por advogado sempre, uma vez que obrigatória a representação.
- IV. Formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.

Está(ão) **INCORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item II.
- c) Apenas o item III.
- d) Apenas os itens II e IV.

55. Marque V (Verdadeiro) e F (Falso), em relação ao processo administrativo:

- ( ) O processo administrativo inicia-se, exclusivamente, a pedido de interessado.

- ( ) O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados: órgão ou autoridade administrativa a que se dirige; identificação do interessado ou de quem o represente; domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações; formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos; data e assinatura do requerente ou de seu representante.
- ( ) São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
- ( ) Não são legitimados como interessados no processo administrativo: as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- a) V – V – F – F.
- b) F – F – F – V.
- c) V – V – V – F.
- d) F – V – V – F.

56. Os Princípios básicos da Administração Pública e do Direito Administrativo constituem regras de observância permanente e obrigatória ao Administrador. Podemos afirmar:

- I. É dever do Administrador público atuar segundo a lei, proibida sua atuação contra-legal e extra-legal – princípio da legalidade ou legalidade estrita.
- II. A Administração Pública está obrigada a policiar, em relação ao mérito e à legalidade, os atos administrativos que pratica, em atendimento ao princípio da autotutela.
- III. A Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá apenas aos princípios de observância obrigatória: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

IV. Segundo o princípio da finalidade, o administrador público não pode praticar nenhum ato que se desvie da finalidade de satisfazer o interesse público em detrimento de interesses privados.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item III.
- c) Apenas os itens I, II e III.
- d) Apenas os itens I, II e IV.

57. O desenvolvimento dos servidores nos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário dar-se-á, segundo a Lei 11.416/06:

- a) Somente por meio de progressão funcional, que é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, sob os critérios fixados em regulamento e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.
- b) Apenas através de promoção, que é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento oferecido, preferencialmente, pelo órgão, na forma prevista em regulamento.
- c) Caberá ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, aos Tribunais Superiores, ao Conselho da Justiça Federal, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho e ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, no âmbito de suas competências, instituir Programa Permanente de Capacitação destinado à formação e aperfeiçoamento profissional, bem como ao desenvolvimento gerencial, visando à preparação dos servidores para desempenharem atribuições de maior complexidade e responsabilidade.

d) Por meio de progressão funcional, que é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, sob os critérios fixados em regulamento e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho, e através de promoção, que é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento oferecido, preferencialmente, pelo órgão, na forma prevista em regulamento.

58. O(s) ato(s) do procedimento licitatório, pelo(s) qual(is) se atribui ao vencedor do certame o objeto licitado, é(são):

- I. Habilitação.
- II. Julgamento.
- III. Adjudicação.
- IV. Homologação.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item III.
- c) Apenas os itens I e III.
- d) Apenas os itens II e IV.

59. Os Quadros de Pessoal efetivo do Poder Judiciário são compostos pelas seguintes Carreiras, constituídas pelos respectivos cargos de provimento efetivo:

- I. Analista Técnico.
- II. Auxiliar Técnico e Técnico Financeiro.
- III. Analista Judiciário, Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário.
- IV. Analista Fiscal e Auxiliar Financeiro.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.
- b) Apenas o item III.
- c) Apenas os itens I e III.
- d) Apenas os itens II e IV.

60. Marque V (Verdadeiro) e F (Falso):

- ( ) No âmbito da jurisdição de cada tribunal ou juízo é vedada a nomeação ou designação, para os cargos em comissão e funções comissionadas, de cônjuge, companheiro, parente ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros e juizes vinculados, salvo a de ocupante de cargo de provimento efetivo das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário, caso em que a vedação é restrita à nomeação ou designação para servir perante o magistrado determinante da incompatibilidade.
- ( ) O ingresso em qualquer dos cargos de provimento efetivo das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário dar-se-á no primeiro padrão da classe "A" respectiva, após aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos. Os órgãos do Poder Judiciário da União não poderão incluir, como etapa do concurso público, programa de formação, de caráter eliminatório, apenas classificatório.
- ( ) O servidor das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário cedido não perceberá, durante o afastamento, a gratificação de que trata este artigo, salvo na hipótese de cessão para órgãos da União, na condição de optante pela remuneração do cargo efetivo.
- ( ) As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- a) V – V – F – F.
- b) F – F – F – V.
- c) V – F – V – F.
- d) V – F – V – V.

61. Marque V (Verdadeiro) e F (Falso) acerca do Adicional de Qualificação – AQ:

- ( ) Ele incidirá sobre o vencimento básico do servidor, da seguinte forma: 12,5% (doze vírgula cinco por cento), em se tratando de título de Doutor; 10% (dez por cento), em se tratando de título de Mestre; 7,5% (sete vírgula cinco por cento), em se tratando de certificado de Especialização.
- ( ) O servidor das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário cedido perceberá, durante o afastamento, o adicional de qualificação.
- ( ) O adicional de qualificação corresponderá a 1% (um por cento) do total dos proventos do servidor.
- ( ) O adicional de qualificação será devido a partir do dia da apresentação do título, diploma ou certificado.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- a) V – F – F – V.
- b) F – F – F – V.
- c) V – F – V – F.
- d) F – V – V – F.

62. Marque V (Verdadeiro) e F (Falso) em relação ao procedimento licitatório:

- ( ) Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- ( ) Para as obras e serviços de engenharia na modalidade de concorrência, sempre que o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações, considerar-se-ão licitações simultâneas aquelas com objetos similares e com realização prevista para intervalos não superiores a trinta dias.

- ( ) Para as obras e serviços de engenharia na modalidade de concorrência, sempre que o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações, considerar-se-ão licitações sucessivas aquelas em que, também com objetos similares, o edital subsequente tenha uma data anterior a cento e vinte dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente.
- ( ) No procedimento e julgamento, as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes não serão previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

A sequência **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- a) V – F – F – V.  
b) F – F – F – V.  
c) V – V – V – F.  
d) F – V – V – F.

63. Analise os itens abaixo:

- I. Em relação à extinção dos atos administrativos, a cassação do ato administrativo é a forma de extinção do ato legítimo na sua formação, mas tornando-se ilegal em sua execução.
- II. A anulação do ato administrativo em razão de ilegalidade produz efeito *ex tunc*.
- III. O Poder Executivo pode revogar o ato administrativo, por ele editado, por razões de conveniência e oportunidade.
- IV. A revogação é a invalidação do ato administrativo viciado, baixado por autoridade competente, sem motivo, conveniente ou com desvio de finalidade.

Está(ão) **CORRETO(S)**:

- a) Apenas o item I.  
b) Apenas o item III.  
c) Apenas os itens I, II e III.  
d) Apenas os itens I, II e IV.

64. Marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Capacidade é a medida da personalidade e a capacidade de fato é a capacidade para adquirir direitos e contrair obrigações na vida civil que todos possuem.
- b) Todo o ser humano que nasce com vida é titular por excelência da tutela dos direitos da personalidade.
- c) Antes da decretação judicial da interdição, pode um ato praticado por um amental ser considerado inválido; para tanto, deve-se provar a insanidade e o conhecimento deste estado por parte do outro contratante, caso contrário, o ato será considerado como válido.
- d) O prenome das pessoas pode ser livremente escolhido, desde que não exponha o portador ao ridículo; nesse caso, os oficiais do Registro Público poderão recusar-se a registrar a pessoa.

65. O domicílio da pessoa natural é considerado pela Lei Civil o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. No entanto, é exemplo de domicílio necessário, com **EXCEÇÃO** do:

- a) Domicílio do Militar que será o lugar onde estiver servindo.
- b) Artista de circo que, não tendo residência habitual, onde for encontrado.
- c) Preso onde estiver cumprindo sentença.
- d) Incapaz, que é o mesmo do seu representante legal.



## Direito Processual Civil

66. Em relação à jurisdição, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) As causas cíveis serão processadas e julgadas pelos órgãos jurisdicionais, nos limites da sua competência, ressalvada às partes a liberdade de instituírem juízo arbitral.
- b) A *perpetuatio jurisdictionis* consiste na regra que compõe o sistema de estabilidade do processo, segundo a qual a competência fixada na propositura da ação e com o despacho inicial não mais se modifica.
- c) A exceção da *perpetuatio jurisdictionis* pode ocorrer quando houver modificação do estado de fato, como a mudança de domicílio do réu, ou em razão da ampliação do teto da competência do órgão em razão do valor da causa.
- d) A exceção da *perpetuatio jurisdictionis* pode ocorrer em razão de supressão do órgão judiciário, pela alteração superveniente da competência em razão da matéria ou da hierarquia.

67. Analise os itens abaixo:

- I. No que diz respeito à competência relativa, pode-se afirmar que as regras visam atender interesse público.
- II. A incompetência absoluta pode ser alegada a qualquer tempo, por qualquer das partes, podendo ser reconhecida *ex officio* pelo magistrado.
- III. Reconhecida a incompetência relativa, remetem-se os autos ao juiz competente e não se anulam os atos decisórios já praticados.
- IV. As partes não podem modificar a regra de incompetência relativa pelo foro de eleição estabelecido nos contratos.

Estão **CORRETO(S)**:

- a) Apenas os itens I, II e III.
- b) Apenas os itens III e IV.
- c) Apenas os itens II e III.
- d) Todos os itens.

68. Não faz coisa julgada, **EXCETO**:

- a) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- b) A apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.
- c) Os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- d) A resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer conforme os artigos 5º e 325 do CPC, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.

## Direito Penal

69. Sobre a aplicação da pena, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A reincidência impede a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito.
- b) A confissão do acusado é causa que sempre atenua a pena.
- c) As atenuantes obrigatórias têm a força de trazer a pena para aquém do mínimo legal.
- d) O modelo pátrio adotou sistema trifásico de dosimetria da pena, segundo o qual a pena definitiva será definida com base nas atenuantes e agravantes.

70. Sobre as causas de extinção da punibilidade, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Estará extinta a punibilidade se entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia verificar-se lapso prescricional de acordo com a pena em concreto.
- b) O acórdão condenatório que reforma sentença absolutória é causa interruptiva da prescrição.
- c) Para os maiores de setenta anos, na data da condenação, o lapso prescricional será contado pela metade.
- d) Nos casos de concurso material ou continuidade delitiva, os lapsos prescricionais serão contados individualmente de acordo com cada delito.

## Direito Processual Penal

71. Sobre a competência criminal para processar e julgar, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Havendo conexão entre delitos dolosos contra a vida e crime eleitoral, haverá processamento e julgamento conjunto pelo Tribunal do Júri.
- b) Nos casos de conexão entre crimes de competência da Justiça Eleitoral e crimes de competência da Justiça Federal, prevalecerá a última para processamento e julgamento conjunto por ser mais graduada.
- c) Nos casos de conexão entre crimes de competência da Justiça Comum Estadual e da Justiça Eleitoral, todos serão processados e julgados em conjunto na Justiça Eleitoral.
- d) Havendo delitos conexos de competência da Justiça Eleitoral e demais Justiças a regra é a cisão em face da especial da Justiça eleitoral.

72. Sobre a produção de provas no Processo Penal, assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com os Princípios Constitucionais (sistema acusatório):

- a) Cumpre ao magistrado, em caso de dúvida sobre fato versado no processo, determinar de ofício a busca e a juntada aos autos de determinado documento que repute necessário.
- b) A iniciativa probatória incumbe ao magistrado que, na audiência de instrução e julgamento, quando da oitiva das testemunhas, iniciará a coleta da prova fazendo as perguntas às testemunhas e, após, passará a palavra às partes.
- c) No processo penal os documentos poderão ser acostados aos autos a qualquer momento, sendo prescindível a intimação da outra parte acerca da junta da.
- d) No processo penal pátrio são inadmissíveis as provas obtidas por meio ilícito que deverão ser desentranhadas dos autos.

73. Sobre a prisão processual e as medidas cautelares no processo penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O *fumus comissi delicti* e o *periculum libertatis* são requisitos para a decretação da prisão preventiva.
- b) A prisão em flagrante é espécie de detenção administrativa que pode se efetivada independentemente de ordem judicial.
- c) O decreto de prisão preventiva independe da análise de cabimento de outra medida cautelar.
- d) A prisão preventiva poderá ser substituída pela prisão domiciliar no caso de preso extremamente debilitado por motivo de doença grave.

## Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

74. De acordo com o Regimento Interno do TRE/SC, **NÃO** é correto afirmar que:

- a) Será atribuição do Juiz relator decretar prisão preventiva ou temporária.
- b) Nas ações penais de competência originária acusação e defesa terão o prazo de uma hora para sustentação oral.
- c) As causas de suspeição e impedimento não alcançam os servidores da secretaria, visto que seu atos não têm caráter decisório.
- d) O Tribunal responderá às consultas formuladas, em tese, sobre matéria eleitoral, por Juízes Eleitorais, por autoridade pública, por presidente, delegado, ou representante legal de órgão regional de partido político eu tenha anotação no Tribunal ou por diplomado pelo TRE.

75. É competência do Tribunal Regional Eleitoral/SC, **EXCETO**:

- a) Elaborar seu regimento interno.
- b) Julgar a regularidade das contas do Prefeito no exercício do cargo.
- c) Processar e julgar originariamente as ações de impugnação de mandado eletivo estadual e federal.
- d) Privativamente autorizar a realização de concursos públicos para provimentos de cargos da sua Secretaria, homologando-lhes o resultado.

# FOLHA DE RASCUNHO

## 1. Questão discursiva - Direito Eleitoral

Discorra sobre o recurso contra a expedição de diploma.

5
10
15
20

## 2. Questão discursiva - Direito Administrativo

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina determinou a instauração de Comissão para realização de Concurso Artístico, cujo objeto é a elaboração de uma Cartilha Educativa que conte a história da Justiça Eleitoral no Estado de Santa Catarina, apresentando o Museu da Justiça Eleitoral Catarinense, denominado Centro de Memória Desembargador Adão Bernardes, o qual reúne um acervo de documentos e objetos que retratam o processo eleitoral Catarinense, fundado em 15 de março do ano dois mil. Para a realização deste concurso foram decididas as seguintes exigências:

- 1) A comissão seja composta, exclusivamente, de servidores da Justiça Eleitoral;
- 2) A Cartilha Educativa deverá ter como público alvo alunos em idade escolar de 06 a 16 anos, contendo linguagem adequada e ilustrações gráficas a possibilitar a compreensão e interesse na leitura e compreensão do texto; o público alvo para participação no concurso é a comunidade catarinense, sua divulgação ocorrerá, preferencialmente no átrio do Tribunal.
- 3) A cartilha deverá estar disponível para reprodução e distribuição a partir de 02 de janeiro de 2012, portanto, o concurso deverá iniciar-se imediatamente, ou o mais rápido possível, obedecendo aos prazos estabelecidos em lei.
- 4) O prêmio para os participantes corresponderá ao valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) na data do término do concurso, bem como diárias relativas aos dias em que acompanhará a equipe do Tribunal que percorrerá algumas das Escolas Municipais do Estado para apresentação e distribuição da cartilha.

Como o servidor designado para presidir a Comissão e elaborar o Parecer Técnico, apresente seu relatório, antecedendo o parecer técnico jurídico, possibilitando que todas as exigências legais, contidas na legislação em vigência, sejam atendidas, possibilitando a elaboração do edital e realização do concurso, sem qualquer nulidade. Para tal, considere a data de hoje.

# FOLHA DE RASCUNHO

5

10

15

20